

Começa a Colônia de Férias dos Bancários

A diversão da criançada começou nesta segunda-feira, dia 6, e vai até o dia 31 de janeiro. É a Colônia de Férias 2020, no Clube dos Bancários – sede campestre (Rua Mirataia, 121, Pechincha, Jacarepaguá). As atividades serão sempre de 13 às 17 horas, com muita brincadeira, oficina de teatro, música, aprendizado de técnicas circenses, street dance, circuito radical, atividades aquáticas, surf na piscina, paintball, oficina de modelo e manequim e artes marciais.

A presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, esteve presente às brincadeiras do primeiro dia. E lembrou que a Colônia de Férias está aberta, também, para filhos de não bancários. “A colônia está bem legal, além de atividades físicas e brincadeiras que estimulam o desenvolvimento das crianças, buscamos abrir para a comunidade, portanto, a colônia vai além da categoria. Podemos, assim, praticar sindicato cidadão, permitindo que crianças carentes tenham oportunidade de aprender, se exercitar e brincar em nossa sede”, comemorou. A primeira instituição convidada foi a Fundação São Martinho, cuja missão é o atendimento a crianças em situação de rua.

LOCAL IDEAL

O Clube dos Bancários é um lugar ideal para as férias do seu filho. São 26 mil metros de área verde, com tudo o que uma criança precisa para se divertir com segurança. Para a Colônia de Férias deste ano, o Sindicato fechou convênio com o “Brincadeira de Criança”. O grupo presta um serviço personalizado para que as atividades sejam bem aproveitadas pelos participantes. Um professor e dois recreadores ficarão responsáveis por cada grupo de até 20 crianças.

A Colônia é voltada para pequenos de 4 a 12 anos, divididos em grupos: de 4 a 5 anos; de 6 a 7 anos; de 8 a 9 anos; e de 10 a 12 anos. Todas as atividades foram planejadas de acordo com a faixa etária, respeitando seus limites. Um nutricionista fará um cardápio atraente ao paladar das crianças, seguindo as necessidades alimentares de acordo com a demanda do exercício. Mais informações com a Secretaria de Administração do Sindicato (2103-4113), Secretaria de Cultura (2103-4150) ou com o Brincadeira de Criança (3327-9067 / 98776-7650 / 99499-0429).



Aprendendo técnicas de circo



Praticando o surf na piscina



Se divertindo na oficina de artes marciais



Conhecendo o mundo com a tecnologia digital 3D

Carteira verde e amarela beneficia patrões e pode gerar demissões

Sob a alegação de facilitar as contratações para reduzir o alto desemprego provocado por sua política econômica recessiva, o governo Bolsonaro criou a 'Carteira Verde e Amarelo', através da Medida Provisória 905. A medida, na verdade, tira proveito da crise econômica e social, para beneficiar ainda mais os empregadores: empresas, bancos e fazendeiros, entre outros.

A nova carteira, alternativa à carteira de trabalho existente há décadas isenta os patrões de recolher tributos e reduz ou retira direitos dos trabalhadores. Poucos sabem o que está em jogo com a edição da MP 905. Ela reduz, restringe ou elimina uma série de direitos – reduz o recolhimento do Fundo de Garantia e a multa em caso de demissão, cobra tarifa do trabalhador desempregado e elimina pagamento por jornadas em dias e horários extraordinários, inclusive fins de semana.



Para o economista Adhemar Mineiro, do Dieese, assim como a reforma trabalhista, a carteira verde e amarelo não promove o crescimento de empregos de qualidade, nem a melhora da economia. Pelo

contrário, mantém a atividade econômica estagnada e, além de retirar direitos, pode causar uma onda de demissões em massa com a substituição dos atuais empregados por novos com menos direitos. “Em

meio a um ambiente de alto desemprego, em que os trabalhadores, sobretudo os jovens, passam muito tempo à procura de uma vaga, as pessoas tendem a aceitar qualquer coisa”, lamentou.

Curso do Paizão é exigência para licença-paternidade

O curso Paternidade Responsável, conhecido popularmente como “Paizão Bancário” é exigência para a extensão da licença-paternidade para 20 dias, direito conquistado em 2016 e incluído na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), assinada entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). A ampliação consta da lei 11.770 de setembro de 2008, prevendo a ampliação nas empresas que aderissem. A adesão de todos os bancos foi garantida pela inclusão da cláusula 26 na CCT.

A primeira turma de 2020 será nos dias 11 e 12 de fevereiro. As aulas são ministradas no auditório do Sindicato (Avenida Presidente Vargas, 502/21º an-



Calendário anual do Paizão

- Fevereiro - 11 e 12
- Maio - 12 e 13
- Agosto - 18 e 19

dar) das 18h30 às 21h30. Para se inscrever, e obter mais informações, basta ligar para a Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato (2103-4170), de segunda a sexta, das 10 às 18 horas. O curso é oferecido gratuitamente para bancários sindicalizados. Quem não for sócio pode se sindicalizar até o dia do curso. “O curso é uma oportunidade de os pais terem acesso a conteúdo que os ajudarão, não só na reflexão, mas, também, a colocar em prática o aprendizado adquirido no sentido das relações compartilhadas, principalmente em um momento tão importante que é a chegada de uma criança na vida do casal”, explica a diretora da Secretaria de Políticas Sociais, Kátia Branco.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campeste** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Estagiário:** Gabriel de Oliveira - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 16.000**

STJ cassa liminar que sustava alterações no Estatuto da Cassi

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu os efeitos de uma liminar concedida pela 47ª Vara Civil do Rio de Janeiro, que sustava a aplicação do novo Estatuto Social da Cassi. As alterações no estatuto foram aprovadas pelos associados em consulta entre 18 e 28 de novembro. Com a decisão, o novo estatuto permanece em vigor.

A liminar foi solicitada pela “Associação Viva Função”. Com ela o resultado da consulta aos associados havia sido sustado. Isso impediu que a Cassi recebesse mais de R\$ 1 bi do Banco do Brasil (incluindo 600 milhões da contribuição por dependentes e taxa administrativa, mais cer-

ca de R\$ 450 milhões para a equalização do déficit do Grupo de Dependentes Indiretos – GDI).

A VOTAÇÃO

Do total de votantes na consulta aos associados da Cassi, 81.982 aprovaram a proposta.

Isso é mais do que o dobro dos 39.608 votos contrários à proposta. A associação reclamante queria que fossem considerados os 1.516 votos nulos para o cálculo do percentual de aprovação da proposta.

Para o coordenador da Comissão de Empresa dos Fun-

cionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, o caso mostra quem realmente defende os interesses dos associados. “Quem quer barrar a aprovação das alterações no Estatuto terá que justificar sua posição para o conjunto dos associados e dizer por que defendem os interesses do mercado e não o dos funcionários”, observou.

Fukunaga frisou ainda que a liminar agora cassada atendia o pedido de uma associação criada em julho de 2019 por pessoas ligadas ao mercado de saúde, que parece ter interesses diversos dos associados. “Em nenhum lugar do mundo votos nulos são considerados”, completou.



Governo impõe confisco para beneficiar os bancos

Milhões de clientes com limite de cheque especial acima de R\$ 500 serão obrigados a pagar 0,25%



A nova regra do cheque especial entrou em vigor nesta segunda-feira (6). Instituída pelo governo Bolsonaro através do Banco Central beneficia os bancos garantindo a eles o direito de cobrar tarifa de 0,25% sobre o cheque especial com li-

mite acima de R\$ 500. Em contrapartida o juro do serviço não poderá ser superior a 8% por mês.

A nova regra foi condenada, entre outros, pelo presidente da OAB, Felipe Santa Cruz. Lembrou que a cobrança por um

dinheiro que não é utilizado fere o Código de Defesa do Consumidor. O único banco a anunciar que cobrará a tarifa foi o Santander. Até o momento, Itaú, Banco do Brasil, Bannisul, Bradesco e C6 optaram por isentar os clientes, porém, poderão mudar de posição.

CONFISCO

A nova taxa é questionada principalmente por quem não utiliza o cheque especial e mesmo assim se verá obrigado a pagar tarifa, um verdadeiro confisco. Para evitar a cobrança, há duas orientações aos clientes. O cancelamento do cheque especial pode ser feito na unidade bancária, mas a recomendação de Ione Amorim, economista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o processo ideal é via SAC, onde o cliente aumenta a garantia de atendimento por obter número de protocolo e prazo de dias úteis para resposta.

Será dia 13 o ato em defesa da Caixa. Banco completa 159 anos

Para comemorar os 159 anos da Caixa Econômica Federal e defender a sua continuidade como banco público o Sindicato convoca todos para um ato público, no próximo dia 13, uma segunda-feira, às 11 horas. A manifestação será em frente ao prédio do Barroão. A CEF foi criada no dia 12. Mas como este mês a data cai num domingo, o ato será no dia seguinte.

“A oportunidade também servirá para defender a manutenção da Caixa como banco 100% público e demonstrar a irresponsabilidade contida na tentativa de fatiamento da empresa com a venda de ativos financeiros do banco que são altamente lucrativos, como as áreas de cartões, seguros, administração de recursos de terceiros, dentre outros”, afirmou o vice-presidente do Sindicato Paulo Matileti. “A luta dos empregados manteve a Caixa 100% pública até aqui, e é somente com o fortalecimento desta luta que ela permanecerá assim”, resalta Rogério Campanate, diretor do Sindicato.



Vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti: é hora de ampliar a luta em defesa da Caixa 100% pública

RESISTIR À PRIVATIZAÇÃO

Foram muitos os desafios superados ao longo desses mais de um século e meio, assim como são muitos e diversos os desafios a enfrentar neste momento e os que já se anunciam para o próximo período. “O que mudou foi a concentração de ataques em um

curto espaço de tempo, e o que não pode mudar é a capacidade de resistência e a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras da CEF que se constituem como os trabalhadores mais organizados dentre todas as empresas públicas”, na percepção de Maria Rita Serrano, conselheira eleita para o Conselho de Administração da Caixa.

A proibição de que empregados do banco pudessem se sindicalizar propiciou o surgimento de diversas associações de empregados que cumpriam o papel de representá-los. Esta realidade só mudou a partir da greve histórica de 1985, que mobilizou a categoria pelo direito à sindicalização e à jornada de 6 horas.

Política econômica aumenta emprego informal

O crescimento do número de trabalhadores sem carteira assinada, ou seja, informais, vem crescendo. Esta realidade é um dos efeitos nocivos da política do governo federal que mantém estagnada a economia e, ao mesmo tempo, a confirmação de que era mentirosa a promessa de criação de empregos através da retirada de direitos com a reforma trabalhista.

O número de desempregados é estimado em 12,367 milhões, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta sexta-feira (29) pelo IBGE. Já atingido pela “reforma” trabalhista, dois anos atrás, o mercado tende a continuar produzindo o fenô-



meno conhecido como “bico”, como forma de sobrevivência.

Em 12 meses, o número de ocupados cresceu 1,6%, com

mais 1,436 milhão de pessoas, levando o total a 94,055 milhões. Mas desse 1,4 milhão a mais, só 344 mil são de em-

pregados com carteira no setor privado (alta de 1%). Os sem carteira cresceram duas vezes mais (2,4%), em 280 mil. E os trabalhadores por conta própria aumentaram em 3,9%, com acréscimo de 913 mil pessoas, levando o total ao recorde de 24,446 milhões.

Com a taxa de desemprego mantendo certa estabilidade (11,6% no trimestre encerrado em outubro, ante 11,8% em julho e 11,7% há um ano), o mercado de trabalho segue batendo recordes de informalidade. O país tem quase 1,5 milhão de pessoas a mais na força de trabalho, mas as vagas abertas continuam sendo, predominantemente, sem carteira e de autônomos.